

européus na região, como os "hititas" hieroglíficos, os luitas, os palaitas. Mas o nosso autor vai mais longe. Para ele são também indo-europeus os pelasgo-cretenses, os autores da civilização de Creta, que considera como "hititas" hieroglíficos — ou um povo estreitamente aparentado a eles —, com forte mistura de elementos subareanos (pág. 312). A língua destes cretenses, que Hrozný crê ter decifrado, seria muito semelhante ao hitita, indiscutivelmente indo-europeu.

Por outra parte, os criadores da remota civilização do Indo, procedentes da Ásia Menor, que deixaram numerosos monumentos escritos — monumentos que também o autor crê ter decifrado — eram, segundo ele entende, indo-europeus. Isto se revelaria pela gramática e pelo vocabulário. O valor destas asserções depende naturalmente da confirmação que o futuro vier a dar à sua tentativa de decifração das inscrições do vale do Indo e de Creta. Esta confirmação é por ora extremamente difícil de se fazer pela falta absoluta de inscrições bilingües. Não se deve esquecer a assombrosa preparação técnica de Hrozný para a empresa a que se aventurou nesta dupla tentativa de decifração, mórmente conhecendo-se o êxito de seu trabalho em referência ao hitita e ao "hitita" hieroglífico. Infelizmente a tarefa a que se abalçou desta vez é bem mais árdua, o que nos obriga a esperar evidências mais claras para julgarmos da decifração das duas linguas referidas.

O interesse da obra aqui discutida nos problemas de lingüística é notável. Não se deve esquecer que o seu autor não só é um dos maiores orientalistas da atualidade, mas também um lingüista de grande competência, como provam as decifrações já antes referidas. As observações lingüísticas são numerosas e interessantes, embora algumas das relações que o autor estabelece nos pareçam arrojadas e incertas. Vejam-se, por exemplo, as suas referências à origem de palavras como *Apollon* (pág. 179), *Eva* e *Javé* (pág. 212), *Sibila* (pág. 216) e várias outras, que servem de ilustrar o gôsto das etimologias, algumas duvidosas.

Concluindo, temos nesta obra uma preciosa contribuição para o conhecimento mais completo da velha Ásia misteriosa, o berço remoto da nossa civilização.

TH. HENRIQUE MAURER JR.

DEFOURNEAUX (Marcelin). — *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siècles*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949, 333 pp.

Dar uma vista geral sôbre os diversos aspectos da influência francesa nos XI e XII séculos da história ibérica, indagar das suas causas e conseqüências e verificar sua verdadeira importância são os difíceis objetivos do livro acima citado.

Em rápida introdução o autor analisa a situação da Espanha, muçulmana e cristã, no início do século XI. Os dois subseqüentes capítulos referem-se à religião: aí são estudadas a penetração da ordem de Cluny na Espanha, a obra aí realizada, sua decadência, origens e expansão da ordem de Cister (*Le clergé français en Espagne aux XIe et XIIe siècles. Cluny et Cîteaux*), e as origens, exaltação, organização e arte da peregrinação de São Tiago de Compostela (*La France et le pèlerinage de Saint-Jacques*). A parte militar é desenvolvida com os cruzados franceses na Espanha (dificuldades para o seu estudo, a era das "grandes cruzadas", seu declínio e a última cruzada de Espanha). O capítulo quarto é dedicado ao estudo dos aspectos políticos, sociais e econômicos da intervenção francesa e o quinto, finalmente, ao exame dos seus aspectos literários relacionados com a epopéia medieval.

A intervenção francesa na Espanha medieval constitui um dos mais controvertidos problemas da história desse país. Todavia, as controvérsias fre-

qüentes que sôbre essa intervenção se estabelecem não se originam, própria-mente, da falta de documentação necessária para que os seus problemas his-tóricos sejam satisfatoriamente resolvidos. Nascem sim de um estéril e uni-lateral nacionalismo histórico que, em detrimento da verdade, possibilita as mais extremadas e apaixonadas opiniões da maioria dos eruditos espanhóis e franceses. Assim, por exemplo, enquanto Menéndez Pidal acredita que, do ponto de vista militar, foram ineficazes as expedições francesas na Espanha, Boissonnade é de opinião completamente oposta.

O sr. Defourneaux parece que, em parte, não conseguiu fugir também ao nacionalismo histórico. Acreditamos que o autor tenha elevado demais a atuação dos franceses na Espanha, ao mesmo tempo que não deu a devida consideração à história do país onde, desde o XI ao XII século, se deu essa atuação. Tivesse o sr. Defourneaux convenientemente relacionado os di-versos aspectos da intervenção francesa na península Ibérica com a evolução histórica dessa mesma região e sua obra talvez não acusasse alguns peque-nos senões.

Falando sôbre a obra reformadora da ordem de Cluny diz que a mesma se chocou "contra algumas resistências da parte dos monges espanhóis, mas foi sobretudo a propósito da reforma litúrgica que essas resistências tomaram corpo, ao ponto de retardar durante alguns anos a introdução do rito romano em Castela" [p. 27]. E, em nota na mesma página, acrescenta que "será errado interpretar sempre, como o faz Muñoz y Romero, *loc. cit.*, — refere-se à *Colección de Fueros y Cartas Pueblas* — essas resistências como uma rea-ção nacional. Na França onde a questão de nacionalidade não se colocava, a reforma não penetrou em alguns mosteiros desejosos de conservar sua in-dependência senão após uma verdadeira luta (por exemplo em Santa-Benigna de Dijon, ou em São-Marcial de Limoges)". Acreditamos, no entanto, que Muñoz y Romero não esteja totalmente errado. Aqui não se trata, própria-mente, de saber se era ou não colocada na França a questão de nacionalidade. É a Espanha que nos interessa e nela, nessa época, já ia bem adiantado o sentimento de nacionalidade pois, devido à Reconquista, através de "emprê-sas excêntricas e guerras intestinas, os espanhóis possuíram, mais cedo e mais fortemente que os outros povos, uma espécie de consciência nacional" [Guinard (P.), *L'Essor des États d'Occident*, t. IV, 2.ª parte da *Histoire de Moyen-Age* publicada sob a direção de G. Glotz, Paris, Presses Universitaires de France, 1937, p. 293]. Além disso, essa consciência repousava "antes de tudo sôbre a fé religiosa, mas também sôbre o sentimento da continuidade da Espanha romana e visigótica, da "pulcherrima sacra semperque felix, principum gen-tiumque mater Spania", cantada por Isidoro de Sevilha. E o desejo de res-taurar "a antiga glória dos godos" passageiramente obscurecida por um castigo do céu, é um tema que já se encontrava nas crônicas do IX século e que, bem antes que "Castela tivesse feito a Espanha", inspirava o título imperial dos reis de Leão" [Id., *ibid.*, p. 293]. Ora, a ordem de Cluny era eminentemente francesa, estrangeira, portanto, aos espanhóis. Dessa forma, não seria de causar espanto se os espanhóis, povo que mais cedo e mais fortemente que os outros povos possuiu uma espécie de consciência nacional, se indignassem — meados do século XI — contra a subordinação dos seus mosteiros às filiais francesas de Cluny e, no último quartel desse mesmo século, se re-voltassem contra "a invasão de religiosos vindos de França para dirigir os mosteiros" [Id., *ibid.*, p. 302] de Espanha. Aliás, o próprio sr. Defour-neaux parece dar apóio a este ponto de vista. Falando sôbre as dificuldades que existem para estudar-se o problema das cruzadas francesas diz: "Não se saberia retomar de maneira util o estudo desse problema sem se persuadir de antemão que a maior parte das fontes documentais são suspeitas, e com freqüência francamente parciais. As crônicas espanholas freqüentemente são mudas sôbre a participação dos franceses na luta, ou não fornecem senão in-dicações tão sumárias sôbre o papel que elles desempenharam que não se pode tirar nenhuma conclusão digna de fé; no conjunto, pode-se dizer que

os cronistas espanhóis diminuíram a ação dos soldados vindos de além-Pirineus" [p. 126]. Não é uma prova de revolta de um sentimento nacional contra o estrangeiro? Portanto, não é tão errada assim, como quer o sr. Defourneaux, a idéia "nacionalista" de Muñoz y Romero. Mas Muñoz y Romero nos explica somente uma face da questão. Da outra incumbe-se o sr. Defourneaux. Assim, a opinião de um completa a de outro para explicar a revolta do clero espanhol contra a ordem de Cluny. Mas, tomadas isoladamente, ambas pecariam pelo seu unilateralismo.

O autor também parece que não deixa entrever claramente os fatos ligados à decadência da ordem de Cluny. Diz que a ordem já mostrava alguns sintomas de decadência na França (primeiro quartel do século XII) e que "na Espanha a situação era mais séria ainda, em consequência do longo período de anarquia e das guerras internas correspondentes ao reinado de Urraca e à minoridade de seu filho Afonso. Certos mosteiros tinham caído nas mãos dos laicos e Urraca não teve escrúpulos de ganhar partidários em lhes concedendo bens monásticos; os rendimentos dos mosteiros tinham diminuído, e essas perdas haviam deixado de ser compensadas pela generosidade dos fiéis; os soberanos, eles mesmo sem dinheiro, não manifestavam mais sua devoção à Cluny com donativos importantes e o censo estabelecido por Fernando e duplicado por Afonso VI não mais era pago regularmente". [p. 48]. Continuando, o autor afirma que a decadência se acentua pois, "vêm-se reintroduzir, nas abadias espanholas, os vícios e abusos contra os quais tinham lutado os primeiros clunisienses chegados à península" [p. 49]. — e sobre os mesmos não nos é dado fazer mínima idéia, já que o sr. Defourneaux foi extremamente superficial quando, na introdução, falou a respeito da situação do clero espanhol no início do XI século — para terminar dizendo: "Essa decadência explica que, após a metade do XII século, o favor dos príncipes como a generosidade dos fiéis, se voltassem para uma nova congregação monástica, a de Cister, ilustrada por São Bernardo" [49]. Acreditamos haver aqui um pequeno engano. Segundo o autor a diminuição dos favores econômicos, tanto dos reis como dos fiéis em geral, em grande parte contribuiu para a decadência da ordem de Cluny e essa mesma decadência explica que a generosidade dos mesmos se voltasse para uma nova congregação monástica, a de Cister. Queremos crer que o autor tenha confundido causa com efeito. Segundo se depreende das suas próprias palavras, o contrário sim é que se deve ter dado, pois os favores econômicos à nova ordem de Cister é que contribuíram e foram uma das causas da decadência da ordem de Cluny. Senão vejamos. O papel desempenhado pela ordem de Cister "difere sensivelmente daquele que tinha desempenhado Cluny; ele se limita mais ao domínio propriamente religioso, e sobretudo à reforma eclesiástica. Não se vê reproduzir a invasão monástica que tinha seguido a chegada de Bernardo de Sédirac à Espanha, nada mais que o monopólio das funções episcopais por clérigos vindos de além-Pirineus. O número dos monges de origem francesa nas abadias reformadas por Cister não parecia jamais ter sido muito considerável; quando os documentos nos esclarecem sobre esse ponto, eles mostram a presença de três ou quatro franceses, dentre os quais, era escolhido o abade. Isso não impediu de modo algum manter-se a supremacia espiritual de Cister sobre os ibéricos durante séculos; a mais larga autonomia que gozavam os abades cistercienses em relação às matrizes contribuiu para a manutenção de uma sujeição sensivelmente menos pesada que aquela que exercia Cluny sobre as suas priorias. Mesmo quando os mosteiros foram inteiramente hispanizados, após o desaparecimento dos primeiros abades de origem francesa, a autonomia espiritual de Cister continuou a se fazer sentir sobre a maioria das abadias espanholas" [pp. 54/55]. Natural, portanto, que os monarcas espanhóis se voltassem para a ordem de Cister (Cf. pp. 51 e seguintes). Mas, acreditamos, as facilidades concedidas pelos reis e fiéis em geral, de caráter principalmente econômico e em detrimento da ordem de Cluny, não foram na sua grande parte proporcionados devido à decadência dessa

ordem, mas devido sim à própria natureza da ordem de Cister, como é fácil de verificar-se. Dessa forma, não seria exagero se dissessemos que Cister foi uma concorrente da ordem de Cluny e não propriamente uma consequência mas uma das causas, talvez a maior, das que contribuíram para a decadência da referida ordem.

No capítulo referente às cruzadas de Espanha o autor parece mais uma vez não ter atinado com as verdadeiras causas do que ele chama a era das "grandes cruzadas": (1080-1134). "A partir do último quartel do XI século, e durante mais de cinquenta anos, as intervenções francesas na Espanha tomam uma continuidade e uma amplitude que jamais tiveram, e a cavalaria francesa se associa algumas das grandes vitórias da Reconquista. Esse reforço da colaboração franco-espanhola deve-se a duas causas principais: a influência crescente dos cluniacenses na península, e o estreitamento dos laços dinásticos entre os monarcas espanhóis e os chefes dos grandes principados feudais franceses" [p. 139]. Queremos crer que o sr. Defouneaux tenha tomado uma causa accidental por uma causa de caráter verdadeiramente essencial. Acreditamos que a causa principal do reforço da colaboração franco-espanhola, ou seja, da era das grandes cruzadas, tenha sido a invasão dos almorávidas que por essa época se processou na península. Não há necessidade de mais nos estendermos a fim de provar essa nossa opinião. E' que, se estabelecermos uma relação entre causa e efeito, o próprio sr. Defouneaux virá em nosso auxílio quando afirma, referindo-se ao declínio das cruzadas de Espanha: "Desde o instante onde o muçulmano deixou de ser o perigo eminente que ele era meio século antes, não se vê mais, na chegada de um exército cruzado, senão os inconvenientes que ele traz consigo: devastação ao longo do caminho, pilhagens, escoamento das riquezas da península. Todos esses inconvenientes, aceitos anteriormente como inevitável resgate da ajuda estrangeira, surgem doravante como insuportáveis e injustificados. Vê-se aí claramente a razão do declínio das intervenções francesas na Espanha; será preciso, no início do XIII século, a terrível ameaça dos almóadas para que os soberanos se resolvam a fazer apêlo, uma vez ainda, à ajuda estrangeira, para a campanha de Las Navas" [p. 174]. Cessada a causa, cessa o efeito. Indubitavelmente, a influência da ordem de Cluny bem como o parentesco dos monarcas espanhóis com os chefes dos grandes principados feudais franceses devem ter atuado na era das grandes cruzadas. Acreditamos, todavia, que essa atuação teve não propriamente o condão de determinar mas apenas auxiliar e facilitar a vinda dos cruzados.

Estas as pequenas observações que tínhamos a fazer ao livro do sr. Defouneaux. No entanto, elas não destroem os seus reais méritos. Muito bem escrito, ôtimamente documentado, embora um tanto superficial, devido talvez à amplitude do assunto abordado, *Les Français en Espagne aux XIe et XIIe siècles* vem facilitar bastante, graças ao seu caráter sistemático, o estudo de importante e controvertidíssimo período da história medieval espanhola.

ALDO JANOTTI.

FOUQUET (C.). — O Cêrco de Igaracú, 1549; determinação de uma data histórica e um subsídio para formação de lendas. — Folheto n.º 6 da Sociedade Hans Staden. Tipog. Gutenberg & Cia. — S. Paulo, 1943. 32 pgs. 1 mapa e 1 gravura. (0,16/0,23).

O "Cêrco de Igaracú, 1549", da autoria do Sr. C. Fouquet e publicado pela Sociedade Hans Staden de S. Paulo, é um interessante estudo de um dos fatos ocorridos no início da colonização do Brasil, na época em que os portugueses palmilhavam o litoral brasileiro e em que a exploração do pau-brasil acentuava progressivamente a rivalidade entre portugueses e franceses.

Igaracú, um dos mais antigos núcleos de povoamento português no litoral